

# Registros escolares e a (in)visibilidade da política das escolas

GUILHERME DE ALCANTARA

LUÍSA SILVA SANTOS

ERIKA TAMBKE

Este texto apresenta uma reflexão realizada no âmbito de um projeto de pesquisa e extensão em construção acerca dos registros do cotidiano das escolas. Parte-se do argumento de que na maioria dos estabelecimentos de ensino básico os registros formais se restringem à linguagem escrita e à dimensão burocrática da vida escolar, focada na documentação de resultados dos processos de ensino e aprendizagem e no controle disciplinar dos alunos. Cadernos, provas, diários, relatórios e livros de ocorrência registram aspectos importantes do trabalho pedagógico, entretanto podem não captar outros elementos constituintes da experiência escolar, ou fazê-lo com as restrições da linguagem escrita cerceada pelos padrões vinculados aos procedimentos burocráticos.

A estrutura de documentação na escola dificulta o registro da dimensão política dos processos pedagógicos, das mobilizações e das tensões presentes nos estabelecimentos de ensino. O debate proposto se desenvolve a partir da discussão de duas pesquisas finalizadas, que investigaram o caso da Escola Municipal Barro Branco, em Duque de Caxias/RJ, e das ocupações de escolas em Belo Horizonte/MG em 2016. Os dois casos indicam as potencialidades dos registros da política cotidiana dos estabelecimentos de ensino e do uso de fotografias e registros audiovisuais para a construção da memória das escolas. No caso da EM Barro Branco, os registros também foram usados para sustentar processos de mudança pedagógica e a identidade da escola ao longo de três décadas.

## Escolas como organização: entre a indiferença e a valorização da experiência

A escola é vista por muitos como uma instituição fundamental para a transformação social. No Brasil, deposita-se na melhora da qualidade da educação pública a esperança de desenvolvimento do país, marcado por forte desigualdade social. Essa crença na potencialidade da escola de melhorar a vida das pessoas convive em tensão com o entendimento de que o sistema de ensino tende a reforçar a reprodução da estrutura social vigente. Desde os anos 1960, estudos clarificam os diversos mecanismos que levam a escola a reforçar as desigualdades sociais a partir da produção de desigualdades educacionais (Bourdieu, 2010). De lá para cá, evidenciaram-se os efeitos das articulações entre marcadores sociais como classe, raça, gênero e território no condicionamento do acesso a oportunidades educacionais.

Essa primeira tensão, inerente aos sistemas de ensino em uma sociedade capitalista, é pano de fundo para outra dimensão importante das relações na escola. De um lado, cada vez mais se espera que a experiência escolar seja satisfatória para os atores que dela participam, em especial os discentes. Nas últimas décadas, pode-se observar um aumento do interesse nas características das experiências vividas pelos estudantes em suas relações com o sistema de ensino. Esse movimento se relaciona ao entendimento de que aquilo que é vivido nos estabelecimentos de ensino pode afetar as trajetórias dos sujeitos, suas aprendizagens, processos de formação e o acesso a oportunidades educacionais. Esse ideal de valorização da experiência escolar está presente nas pedagogias ditas não tradicionais, em políticas públicas, nos discursos de especialistas, de profissionais das escolas e de muitas famílias.

Segundo a teoria neoinstitucionalista, um princípio primordial de toda organização é garantir sua sobrevivência ante as disputas que se desenrolam em seu meio institucional. Para autores dessa corrente, toda escola é uma organização burocrática que interage e compete em um meio institucional, o sistema de ensino. Como qualquer organização, as escolas possuem seus ritos, suas lógicas de ação. Na maior parte das organizações burocráticas, os registros escritos dos procedimentos cotidianos são um pilar fundamental do

funcionamento. Na escola não é diferente. Há uma propensão para a documentação dos procedimentos vistos como essenciais para sua autorreprodução. Dessa forma, em que medida a valorização da experiência de alunos e professores está presente nos procedimentos de registro da burocracia escolar? E qual é o efeito disso para a construção da memória das escolas?

Em nossa sociedade, o sistema de ensino é responsável por transmitir o conhecimento social, valores e normas e por certificar os indivíduos. Definir a escola como organização burocrática não significa pensá-la em termos da pura racionalidade burocrática weberiana, tampouco da neutralidade eficiente da organização escolar defendida por Parsons (1968). Trata-se, primeiramente, de pensá-la dentro das relações de poder que se estabelecem na organização, em que atores com posições e funções distintas e diferenciais de poder interagem entre si. Herzfeld (2016) argumenta que a burocracia na sociedade moderna é tão simbólica e racional quanto as existentes em outras sociedades humanas. E que seu modo de operação passa por um mecanismo de produção social da indiferença. Assim, neste texto se compreendem as escolas como organizações com racionalidades e simbologias atreladas a uma estrutura social e às configurações locais de relações (Herzfeld, 2016). Entende-se que cada estabelecimento de ensino apresenta configurações singulares dotadas de complexidade, com uma dinâmica de funcionamento que depende da produção constante de processos de simplificação da realidade, capazes de viabilizar a aplicação de rotinas e procedimentos, e de tornar o trabalho cotidiano mais previsível e efetivo (Honig e Hatch, 2004). Dessa forma, como organização burocrática, em parte devido aos processos de simplificação, cada escola tende a ser também um espaço de produção de indiferença. Sujeitos e suas trajetórias são muitas vezes reduzidos a bons e maus alunos, suas vivências para além do espaço escolar são ignoradas.

Em muitas escolas, predomina uma lógica de ação burocratizada, pouco atenta ao desenrolar dos processos, das experiências, e que privilegia o registro burocrático de avaliações dos estudantes, da frequência, do controle disciplinar e a certificação, entendidos como finalidade última da educação escolar. Dessa maneira, os procedimentos de registros formalizados na organização escolar tendem a contribuir para esses processos de simplificação da realidade e produção

de indiferença. Exemplo desse fenômeno se materializa na centralidade dada a instrumentos de registro como provas e diários, orientados para documentação de resultados que muitas vezes invisibilizam ou simplificam processos de aprendizagem dotados de grande complexidade. Nas seções seguintes, são discutidos dois casos diferentes entre si que contribuem para a reflexão proposta.

## **Escola Barro Branco: mudança pedagógica e os registros dos processos de ensino e aprendizagem**

A Escola Municipal Barro Branco está localizada em um bairro vulnerável de mesmo nome, situado na periferia do município de Duque de Caxias, a cerca de 45 quilômetros do centro da metrópole do Rio de Janeiro. Fundada em 1987 após mobilizações da associação de moradores local, é conhecida no meio acadêmico e no município de Caxias como um modelo de escola pública de qualidade e de gestão democrática. Desde os anos 1990, ela vem estabelecendo parcerias com pesquisadores de diferentes universidades que realizam projetos de pesquisa e de extensão com vistas a produzir conhecimento e a desenvolver a proposta pedagógica da escola.

Um dos presentes autores pôde realizar uma pesquisa nesta escola no âmbito de sua tese de doutorado entre 2012 e 2016. A pesquisa se propunha a compreender por que atores externos à escola a viam como uma escola democrática e de qualidade e quais fatores levavam os atores a terem essa impressão. Metodologicamente, a pesquisa constituiu uma etnografia nos espaços da escola para compreender as relações entre os diferentes atores e responder às questões acima (Alcantara, 2017).

Contudo, o início do trabalho de campo e a entrada na escola possibilitaram a descoberta de um enorme e raro acervo multimídia com memórias de momentos políticos e pedagógicos fundamentais na construção do projeto pedagógico existente na escola. Essa descoberta abriu novas possibilidades metodológicas. A riqueza de registros das práticas cotidianas e dos momentos de construção do projeto político-pedagógico da escola permitiu a realização de um trabalho que agregou à etnografia uma reconstrução da trajetória institucional da escola ao longo de três décadas. Foi possível reconstituir com

detalhes o processo de construção da identidade organizacional da escola, compreender os mecanismos responsáveis por sua consolidação e sustentação nesse período (Alcantara, 2017).

O projeto político-pedagógico vigente começou a ser construído, mesmo que indiretamente, desde a fundação da escola, e foi marcado por uma forte relação com a comunidade local. Nos primeiros anos, a associação de moradores do bairro foi responsável por pressionar a Prefeitura a instalar a escola em um imóvel abandonado e depois ajudou a sustentá-la, dada a precariedade da oferta educacional bancada pelo poder municipal. Essa relação bastante próxima com a comunidade orientou a construção de princípios de justiça e de uma ética profissional bastante peculiares, que não estão presentes em qualquer escola pública. Havia uma forte preocupação com as aprendizagens das crianças e um consequente incômodo com os resultados insuficientes obtidos nos processos de ensino-aprendizagem.

No início dos anos 1990, a escola foi inserida em um projeto piloto organizado pela Secretaria Municipal de Educação para a introdução da pedagogia construtivista na rede municipal de Caxias. Essa política incluiu a participação de professores da escola em um curso de formação realizado no colégio de aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o posterior acompanhamento das tentativas de implementação da pedagogia construtivista realizado por supervisores da Secretaria de Educação. Ao longo do processo, as professoras da escola foram percebendo que a adoção do construtivismo exigia mudanças mais profundas no modo de organização da escola e nos dispositivos empregados na prática pedagógica.

A pesquisa realizada conseguiu constatar que, para as professoras, a estrutura da organização escolar tolhia as possibilidades de construção e implementação de outras formas de educar. Elas perceberam ainda que, junto a essa estrutura organizacional vista como tradicional, existia a predominância de uma ética profissional que também limitava as potencialidades da adoção da perspectiva construtivista. Nesse sentido, um caminho primordial adotado pelo grupo consistiu em transformar a ética profissional que orientava as relações entre professores e alunos, e também entre os próprios docentes. Assim, foi construída uma série de dispositivos que estimulavam um maior diálogo entre professores,

orientadoras e direção, e dos docentes com os segmentos de alunos e de responsáveis.

Na visão das professoras da escola, uma mudança radical trazida pela perspectiva construtivista em relação ao ensino tradicional se referia à orientação de cada uma dessas formas de educar. Na perspectiva tradicional, o foco do trabalho pedagógico, dos instrumentos avaliativos e de registro estaria nos resultados dos processos de ensino-aprendizagem, frequentemente expressos em notas. Provas e diários constituem-se como documentos que, na maioria dos casos, registram resultados dos processos. Não por acaso, uma crítica realizada pelas professoras da escola, baseada nas discussões de diferentes perspectivas pedagógicas, referia-se ao fato de em muitas escolas o trabalho pedagógico se orientar para as provas, tornando a avaliação um fim em si, e ignorando ou pouco valorizando os próprios processos de ensino-aprendizagem.

Em contrapartida, na Escola Barro Branco o processo de mudança passou pela valorização dos processos pedagógicos, das interações entre professores, entre estes e os alunos e entre os discentes, relações trazidas para o centro da reflexão do trabalho organizacional. Em certa medida, a ética profissional adotada e o princípio de justiça predominante operavam no sentido de reduzir os processos de simplificação da realidade e de produção de indiferença (Alcantara, 2017). Isto é, as ações da escola, na medida do possível, visavam a complexificação das interações entre os atores escolares. Esse movimento exigia novas formas de registro do trabalho pedagógico. Aos poucos, foram surgindo outras modalidades de registros escritos, orientados para a documentação dos processos de ensino realizados pelos professores e dos processos de aprendizagem dos alunos. Os registros detalhados das discussões político-pedagógicas em conselhos de classe, grupos de estudos e mini-cocs<sup>1</sup> são exemplos da relevância que adquiriu a construção da documentação dos processos cotidianos da escola. Também se pode citar a perda de centralidade da prova como instrumento primordial de avaliação dos processos de aprendizagem dos alunos, bem como um esforço de avaliação do trabalho pedagógico realizado pelos docentes.

A mudança relevante no sentido do registro na organização escolar levou as docentes da escola a terem uma maior abertura para outras linguagens capazes de documentar as diversas dimensões do cotidiano. A escola possui um amplo

1 Espécie de conselho de classe individualizado, no qual uma professora se reúne com as orientadoras pedagógicas para discutir questões pedagógicas de sua turma.

acervo fotográfico, que retrata desde atividades pedagógicas realizadas com os alunos até manifestações em prol da melhoria da qualidade do serviço educacional ofertado. Essas mobilizações incluíram as lutas pela reforma da escola nos anos 1990, e pela manutenção do quadro de professores, ameaçado por um projeto de otimização da rede municipal implementado em 2015 (Alcantara, 2017). Também fazem parte do acervo diferentes mobilizações em torno da luta sindical por melhores condições salariais e de trabalho.

A Escola Barro Branco se insere em um grupo minoritário de escolas públicas que têm desenvolvido um forte trabalho de produção de sua própria memória, em que também se destacam os registros em vídeo de depoimentos de membros da comunidade escolar, ex-diretoras e docentes. Todavia, como essas formas de registro não estão previstas na estrutura formal da organização escolar, o acervo é guardado de forma dispersa e precária, o que com frequência tem levado a perda de documentos. Há a intenção de organizar esses registros, mas a falta de espaço e tempo para pensar um acervo de arquivos visuais não é um caso isolado. Outras escolas vivem a dificuldade em organizar esse material, que, em geral, existe de forma descentralizada a partir de intenções individuais e espontâneas.

## **Registros políticos e estudantis das ocupações escolares em Belo Horizonte/MG**

O processo burocrático ao qual estão vinculados os registros escolares, realizados pelo corpo docente, pouco possibilita a participação dos estudantes. Embora os discentes sejam constantemente citados nas atas de reuniões, diários ou relatórios, dificilmente atuam na elaboração desses materiais. Sendo assim, o acervo de registros de uma escola se formaliza por meio de documentos, normalmente feitos por adultos e na linguagem escrita. Entretanto, isso não impede que as crianças e jovens estudantes registrem o cotidiano escolar a partir de suas perspectivas. Os bilhetes e mensagens trocados em sala sobre o que acham das aulas, as fotos e vídeos feitos no intervalo ou os relatos sobre a escola postados nas redes sociais constituem alguns dos vários registros realizados pelos estudantes e que também fazem parte do cotidiano escolar.

Esses fluxos de informações compartilhadas são parcialmente mediados pela escola, que tende a controlar o uso de aparelhos celulares ou a troca de mensagens em sala de aula. Diante do rigor das regras, os registros estudantis não deixam de existir, de maneira informal e em linguagem multimodal. Mesmo quando não são catalogados, possuem conteúdos importantes para a compreensão do cotidiano escolar a partir da perspectiva do aluno como sujeito social (Dayrell, 2003), com experiências, histórias de vida, posição social e opiniões sobre suas vivências na escola. Além do relato sobre o dia a dia escolar, os registros estudantis também são importantes recursos durante mobilizações políticas juvenis. Fotos e vídeos são usados estrategicamente para a divulgação de determinada ação, como um protesto ou manifestação, além de posteriormente constituírem acervo e memória de ações coletivas.

Nesta seção serão abordados alguns desses registros da política das escolas elaborados por estudantes – no caso, realizados ao longo das ocupações escolares em Belo Horizonte, no ano de 2016. Eles foram a base para a realização de uma pesquisa mais ampla sobre o cotidiano das escolas ocupadas. Vale apontar que nesse mesmo ano outras ocupações aconteciam em cerca de vinte estados do país. Entretanto, algumas cidades, como São Paulo, se destacavam quanto às publicações sobre o assunto, o que inclui artigos científicos, livros e documentários realizados.

Já em Belo Horizonte, mesmo com um número considerável de escolas ocupadas, havia uma escassez de artigos sobre o assunto. Durante a pesquisa, a alternativa encontrada para o acesso a essas informações foi a busca em redes sociais digitais, que se mostraram importantes canais de comunicação dos ocupantes de escolas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). O uso da internet, segundo Sorj (2015), favorece as mobilizações de jovens, adeptos ao uso de novas tecnologias e mais integrados às redes digitais do que as outras idades. Nas ocupações de escolas, a internet foi essencial para estabelecer essa rede de sustentação do movimento.

Duas redes digitais apareceram como importantes meios de comunicação dos ocupantes belo-horizontinos: o YouTube e o Facebook. A primeira é uma plataforma de vídeos *on-line*, usada em 2016 pelos ocupantes para postagem de vídeos feitos dentro das escolas, em geral apresentando suas rotinas.

A filmagem do cotidiano divulgava as pautas defendidas e as atividades que aconteciam nas escolas, como uma forma de conseguir apoiadores para o movimento. Dentre os vídeos, há também pronunciamentos e esclarecimentos sobre as situações em que estavam envolvidos, principalmente de notícias falsas sobre as ocupações, que também se disseminavam nessa rede.

Dessa forma, mesmo que o YouTube tenha sido importante para a divulgação das pautas defendidas, também foi uma rede usada para que atores contrários às ocupações publicassem vídeos com duras críticas ao movimento. Algumas dessas gravações eram feitas por grupos ultraconservadores que chegaram a entrar nas escolas ocupadas para insultar os ocupantes. Este é um dos complexos aspectos das mobilizações na internet: se por um lado conseguem uma ampla divulgação, por outro atraem a violência dos opositores. De acordo com Sorj (2015), a internet dilui os limites entre público e privado, o que possibilita que críticos falem abertamente sobre suas opiniões, por vezes a partir de discursos violentos e de ódio.

Enquanto o YouTube fornece registros dos ocupantes mesclados a vídeos com informações duvidosas sobre as ocupações, no Facebook o formato das relações era diferente. Nessa plataforma encontramos grupos virtuais de escolas ocupadas em Belo Horizonte, inativos desde o final de 2016, com o encerramento das ocupações escolares na cidade. Diferentemente da primeira, essa rede possibilita a publicação de imagens e textos, além dos vídeos. Assim, os grupos funcionavam como uma espécie de diário, em que as publicações relatavam constantemente as atividades desenvolvidas, os conflitos ocorridos e as mobilizações realizadas. O Facebook também era a ferramenta utilizada para conseguir mantimentos ou pedir ajuda para a realização de oficinas nas escolas ou apoio jurídico.

As imagens, vídeos e textos encontrados nas redes digitais revelavam ricos relatos sobre o cotidiano das escolas ocupadas e as características das mobilizações em Belo Horizonte. Ainda assim, era difícil encontrá-los, sendo necessário se embrenhar em *links* e menções de outras páginas. Após esse processo, ainda era preciso entender como sistematizar os dados encontrados e catalogá-los de maneira que ficassem mais acessíveis. As pesquisadoras Fragoso, Recuero e Amaral

(2011) relatam como os estudos realizados na internet, num primeiro momento, ocorrem de maneira confusa, devido à quantidade de informações em formato multimídia mostradas aos internautas. Os relatos dos ocupantes apareciam dessa forma, sendo que uma única publicação utilizava imagens e textos e era associada a vários comentários com mais informações sobre o assunto, alguns inclusive com críticas ao movimento. Ainda que emaranhadas e não catalogadas, aquelas publicações registravam as ocupações na cidade e poderiam ser usadas para rememorar os acontecimentos políticos de 2016.

A dificuldade em lidar com os acervos informais de imagens, vídeos e textos publicados por estudantes não significa a impossibilidade de tal feito. A pesquisa de Groppo, Rossato e Costa (2018) propôs um seminário sobre as ocupações escolares na cidade de Alfenas/MG. Segundo os pesquisadores, o evento surgiu da “inquietação diante do esquecimento ensejado por instituições educacionais e a sociedade perante uma ação coletiva ímpar, rica e desafiadora” (Groppo, Rossato e Costa, 2018, p. 60). A ideia de rememoração das ocupações na cidade contou com o acervo de pesquisas sobre o assunto e um conjunto de materiais encontrados sobre o movimento.

Entretanto, os autores ressaltam que ao longo do evento notaram um processo de esquecimento também entre os ex-ocupantes, que, após as ocupações, possuíam dificuldades em falar sobre o assunto ou rememorar-lo, devido ao desgaste físico e emocional vivenciado (Groppo, Rossato e Costa, 2018). A experiência narrada ao longo do seminário mostra a necessidade de propor eventos de pesquisa e extensão que associem as pesquisas sobre ocupações com os próprios ocupantes, para resgatar com eles a memória do movimento.

Os registros da política da escola realizados pelos ocupantes, nesse sentido, são importantes documentos para rememorar as ocupações escolares e pormenorizar as experiências ali vividas, que destoam de um movimento único e homogêneo e revelam experiências plurais, formatos de luta e pautas diferentes. Entretanto, tais registros permanecem em contas inativas de redes sociais digitais, não são considerados pelas escolas e tampouco vistos por seus estudantes. Como exemplo, em uma de nossas experiências de apresentação desses registros no Colégio Técnico da UFMG – COLTEC, os alunos nem sequer sabiam que o colégio havia sido ocupado.

Ou seja, mesmo em uma escola dentro de uma universidade, a dinâmica de documentação escrita focada em registros de resultados de processos avaliativos levou ao apagamento da ocupação da escola. Isso evidencia a falta de acervos e eventos que discutam e preservem a memória das mobilizações de 2016, e também que esse fenômeno representa mais uma faceta dos processos de produção de indiferença da dinâmica burocrática da escola.

## Considerações

O exercício de análise do projeto aqui proposto ainda está em fase inicial. De toda forma, os dois casos apresentados trazem elementos interessantes para a reflexão sobre o papel dos registros escolares, as práticas pedagógicas e a produção da identidade e da memória das escolas. O caso da Escola Barro Branco clarifica que projetos que levam a mudanças profundas na estruturação do trabalho pedagógico exigem novas formas de avaliar e de registrar os procedimentos, as atividades pedagógicas e as mobilizações coletivas nos estabelecimentos de ensino. Ali, a mudança do sentido das práticas pedagógicas esteve diretamente relacionada a uma maior atenção dada aos efeitos dos processos de simplificação, de produção de indiferença e à adoção de dispositivos que estimulavam os registros mais atentos aos processos de ensino e de aprendizagem. Esse movimento também levou a um maior interesse pela produção de registros fotográficos e audiovisuais, capazes de documentar dimensões da política cotidiana da escola a partir de outras perspectivas. Tais documentos são importantes instrumentos no esforço organizacional de construção da memória e de manutenção de uma identidade escolar bastante peculiar.

O caso das ocupações de Belo Horizonte proporciona reflexões importantes acerca da natureza dos registros escolares. De um lado, escancara a assimetria de poder interna à organização, já que os principais procedimentos de documentação dos quais os alunos participam são as avaliações, que, costumeiramente, têm como objetivo construir um julgamento sobre eles, alunos. Dado o modo de funcionamento da organização escolar e suas hierarquias, para os alunos costuma ser ainda mais difícil documentar e construir uma memória a partir de seu ponto de vista. Por outro lado, é interessante constatar que os principais registros das ocupações de escolas em 2016 estão

nas redes sociais ou nos arquivos pessoais dos estudantes. A ausência de memória do movimento de ocupações de 2016 nas escolas é, entre outros fatores, um reflexo da natureza dos registros escolares, focados em resultados de avaliações, frequência e controle disciplinar. O fenômeno também pode indicar o apagamento da dimensão política das interações no cotidiano escolar, e, em certos casos, um desprezo que a organização escolar e muitos de seus atores operam sobre a memória do movimento estudantil.

## Referências

Alcantara, Guilherme. *A política da Escola: justiça e qualidades no sistema de ensino*. Curitiba: Appris, 2017.

Bourdieu, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Org). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, pp. 39-64.

Campos, A. J. M.; Medeiros, J.; Ribeiro, M. M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

Dayrell, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista brasileira de educação*, n. 24, pp. 40-52, 2003.

Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Grosso, L. A.; Rossato, M. H.; Costa, M. C. S. Extensão, pesquisa e engajamento: aprendizado de lutas e dores no seminário memorial das ocupações estudantis. *Conexão UEPG*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, pp. 59-68, jan./abr. 2018.

Herzfeld, M. *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Honig, M.; Hatch, T. Crafting Coherence – How Schools Strategically Manage Multiple, External Demands. *Educational Researcher*, v. 33, n. 8, pp. 16-30, 2004.

Parsons, Talcott. A classe como sistema social. In: Britto, Sulamita de (Org.). *Sociologia da Juventude, III: a vida coletiva e juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 47-74.

Sorj, Bernardo. On-line / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: Sorj, B.; Fausto, Sérgio. *Internet e Mobilizações Sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015, pp. 35-62.